



PLANTÃO DE 3 A 7 DE JULHO OS FATOS QUE ANTECEDERAM A 150ª PLENA

O plantão presente em Brasília-DF nesta semana realizou entre suas atividades:

A partir das 15h30min do dia 04 de julho o plantão participou da **reunião do Fonasef**, onde informamos que estamos numa forte construção com a base filiada e demais entidades do serviço público de conscientização dos impactos negativos da EC 95/2016, e também das Reformas da Previdência, Trabalhista, PLS 116/2017, dentre outros ataques que tem como objetivo o desmonte do serviço público e dos direitos dos trabalhadores. Foi aprovado que a Reunião Ampliada do Fonasef será em Brasília-DF, no período de 4 a 6 de agosto de 2017. A próxima reunião do Fonasef será no dia 11/07, às 16 horas, na sede do Andes-SN.

Na quarta-feira (05/07), pelo período da manhã e tarde, o plantão se fez presente, a partir do convite do Deputado Federal Pedro Uczai (PT-SC), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Implementação do Plano Nacional de Educação

(PNE), no **Seminário de 3 anos do PNE**, organizado pelo parlamentar. O PNE determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira desde a primeira infância até o acesso e permanência nas universidades num período de 10 anos.



O SINASEFE considerou, ao longo dos últimos períodos, que “o PNE teve trâmite hermético nas casas parlamentares, pouco dialogando com os movimentos sociais e sindicais que atuam na área de educação e suas bandeiras históricas, sendo a principal delas verba pública para educação pública. Assim, portanto, nasce como consequência de acordos entre a base do governo Dilma, a bancada do ensino privado e setores empresariais” (Resolução sobre o PNE aprovada na 128ª PLENA). O PNE foi o pontapé histórico no qual a mercantilização do ensino

transformou-o em um serviço. Transfigurando a essência do caráter de gratuidade para a iniciativa privada, às custas de transferências diretas e indiretas de recursos públicos. Os esforços envidados no governo Dilma/PT foram tímidos e não possibilitaram a implantação total ou sequer parcial do PNE – Lei 13.005/2014, face os cortes realizados na educação, inclusive, alvo de questionamentos expressos nas nossas greves. A análise apresentada nas falas revelaram a disputa política do projeto de Educação que existe por parte da elite brasileira e encontra fôlego neste momento no “Projeto Ponte Para o Futuro”, do criminoso presidente golpista Temer. Fez-se uma explanação do golpe contra a presidenta Dilma e a necessidade da concentração da unidade das forças para a revogação das medidas de Michel Temer. Não cabe a um país que não cumpriu a CF/88 no que diz respeito às pautas sociais aprovar, via Emenda Constitucional 95/2016, o desmonte do serviço público que é



O conteúdo deste Informe é de responsabilidade dos diretores plantonistas que assinam o mesmo. Envie dúvidas e sugestões para: dn@sinasefe.org.br. Mais informações em nosso website. Acesse em: www.sinasefe.org.br.



INFORME DO PLANTÃO SEMANAL DA DN DO **SINASEFE**



Material redigido pelos diretores que estão em plantão em Brasília-DF para contato direto com as seções sindicais

direcionado às classes menos favorecidas, e a transferência do fundo público para o capital nacional e estrangeiro. Entre os encaminhamentos destacamos:

1. a exigência, via MEC, da retirada da propaganda da Reforma do Ensino Médio dos meios de comunicação;
2. a revogação da EC 95/2016;
3. possível proposição de uma ADIN contra a EC 95/2016.

O que se vê no governo golpista de Temer é o desprezo à existência do PNE. Este sequer se reveste de legitimidade uma vez que sua “extinção” não foi pactuada nas urnas. O corte de mais de R\$ 58 bilhões da educação provocada pela Emenda Constitucional 95 inviabiliza a concretização das metas, sobretudo a 20ª, que trata do financiamento da educação: “ampliar o investimento público de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) no 5º ano de vigência desta Lei, e no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio”. Dessa forma, a transferência do fundo público iniciado no governo anterior é agravada pelo sucateamento e desmonte da rede pública de educação, na qual se insere

nossa Rede Federal – a exemplo, a Lei 13.415/2017, que deforma o ensino médio numa escalada ao fim da educação pública em todos os seus níveis. Este ataque é coroado com autoritarismo, violência e opressão. Exemplo disso é a forma arbitrária e unilateral que o MEC desconfigurou o Fórum Nacional de Educação, por intermédio da Portaria 577/2017 e do Decreto de 27/04 deste ano. É importante destacar que o ministro golpista Mendonça Filho sequer teve coragem para comparecer no Seminário, delegando a Ektor Passini, membro do 4º escalão do MEC (diretor do Programa da Secretaria-Executiva), a tarefa de representá-lo para afirmar que outrora havia bonança de recursos financeiros e hoje relativa estabilidade política, além do país não ter dinheiro. O plantão realizou intervenção questionando os ataques à Rede Federal e marcou a presença do SINASEFE neste espaço.



<https://www.youtube.com/watch?v=SGkIrYotWbs> Este link direciona para o conteúdo do Seminário e apresenta a

importante discussão sobre os três anos do PNE e o Sistema Nacional de Educação, o financiamento da Educação, a Emenda Constitucional 95, e por fim, o papel do PNE e a valorização dos profissionais da Educação.

O SINASEFE precisa refletir e rever a sua participação nos espaços institucionalizados (ou não) urgentemente.

Ao final do Seminário, em diálogo com a reitora do IF Catarinense, Sônia Regina, que representava o Conif no evento, a mesma nos informou, após contato com o Colegiado do Conselho, que o pleito apresentado pelo SINASEFE no ofício 167/2017 assegurará, em nossa 150ª PLENA, a representação do Conif para tratar da questão do orçamento dos Institutos Federais, bem como nos informou da autorização da presença do SINASEFE no Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 14/2017 da Setec. O GT se reunirá nos dias 11 e 12 de julho de 2017 para realizar alterações na Portaria 17/2016.

No final da tarde, no Plenário 14 da Câmara dos Deputados, o SINASEFE marcou presença no **lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Federais**, articulada pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). O principal



O conteúdo deste Informe é de responsabilidade dos diretores plantonistas que assinam o mesmo. Envie dúvidas e sugestões para: dn@sinasefe.org.br. Mais informações em nosso website. Acesse em: www.sinasefe.org.br.



INFORME DO PLANTÃO SEMANAL DA DN DO **SINASEFE**

Filiado à:
CSP
Condições
CENTRAL SINDICAL E POPULAR



Material redigido pelos diretores que estão em plantão em Brasília-DF para contato direto com as seções sindicais

objetivo da Frente é buscar somar esforços para a consolidação e expansão da Rede Federal. O SINASEFE teve assegurado o direito de manifestação através do pronunciamento da coordenadora geral de plantão, Cátia Farago, que destacou o importante papel combativo do SINASEFE em seus mais de 28 anos de existência, resistência e luta. Lembrou que desde o ano passado nos colocamos fortemente em luta contra a PEC 241/55 (atual EC 95) e lamentamos que estudantes, trabalhadoras e trabalhadores da educação estiveram sozinhos nesta empreitada, porque tínhamos certeza de que após o golpe, viria a pá final sobre a Educação, e em especial a nossa Rede Federal. Ao final, ressaltou que o SINASEFE permanece na luta em defesa da Rede Federal.



A diretora Cristiane Gonzaga também fez uma intervenção destacando que “faz-se necessário lembrarmos que essa atuação deve ser feita em conjunto, também, com

os sindicatos, porque nós lutamos para que a Educação estivesse nesse sentido de uma Educação pública, gratuita e de qualidade. E nós fazemos parte dessa construção e temos consciência de que todos esses ataques que estão postos são contra nós, que somos trabalhadores, pobres e minorias. É importante parabenizar que nós temos reitoras na Rede Federal e isso é de suma importância para o empoderamento feminino, pois sabemos que os espaços políticos, de gestão, entre outros são extremamente difíceis e quase inacessíveis para nós mulheres”.

Entre os encaminhamentos destacamos:

1. a defesa da recomposição imediata do orçamento dos IFs;
2. a revogação da portaria 28 de 16/02/2017 do MPDG;
3. orientação de que os reitores e as reitoras busquem a inclusão de recursos para financiamento dos IFs via Emendas Impositivas;
4. deputados estaduais e federais pressionarão o governo pela liberação dos códigos de vagas;
5. prosseguimento da tramitação da matéria que regulamenta a profissão

de tecnólogo (PL 2245/07);

6. orientação de encaminhamentos de requerimentos às casas legislativas onde existem *campi* dos IFs para realização de Audiências Públicas sobre os Institutos Federais e a busca de emendas individuais e das bancadas, entre outros.

A situação exposta acima que expressa um retrocesso na independência e autonomia das Instituições Federais de Ensino, colocando reitores e diretores “com pires nas mãos”, e reféns de uma política clientelista e arcaica. O deputado Pedro Uczai destacou que “o bicho tá pegando, ou os Institutos e os dirigentes dos Institutos [lutam] juntos com seus aliados estratégicos ou táticos e viram sujeito político aqui dentro do Congresso; viram sujeito político na relação com os governos; e viram sujeito político com relação com a sociedade; ou vai se sucatear os Institutos Federais no próximo período se esse espírito que está conduzindo o país continuar vigorando”.

Na manhã do dia 6 de julho estivemos no **Café da Manhã Desafio do Ensino Superior**, com a bancada federal do PSOL, onde várias entidades



O conteúdo deste Informe é de responsabilidade dos diretores plantonistas que assinam o mesmo. Envie dúvidas e sugestões para: dn@sinasefe.org.br. Mais informações em nosso website. Acesse em: www.sinasefe.org.br.



INFORME DO PLANTÃO SEMANAL DA DN DO **SINASEFE**

Filiado à:
CSP
Condições
CENTRAL SINDICAL E POPULAR



Material redigido pelos diretores que estão em plantão em Brasília-DF para contato direto com as seções sindicais

se fizeram presentes, dentre elas a Fasubra. Informamos da necessidade de fortalecermos a defesa da Rede Federal de Ensino diante desse cenário tão crítico, já com o alcance nefasto das demissões de terceirizados nos Institutos Federais do país.



Em seguida nos direcionamos para a Audiência Pública para debater as alterações na composição do Fórum Nacional de Educação (FNE) realizada pela Comissão de Educação e de Legislação Participativa, que ocorreu na Câmara dos Deputados e contou com a presença da CNTE, UBES, ANPED e de representação do MEC. Dentre as exigências feitas está a da revogação da Portaria nº 577, de 27 de abril de 2017. Segundo Heleno Araújo, representante da CNTE, esta portaria é “arbitrária e ilegítima”, tendo em vista que o MEC alterou a composição do FNE autoritariamente e unilateralmente. Assim, para contrapor o atual FNE, diversas entidades que ficaram de fora da sua atual composição, dentre elas a Fasubra, criaram o Fórum

Nacional Popular de Educação (FNPE) e estão organizando a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), que ocorrerá paralelamente à Conferência Nacional de Educação (Conae) do MEC. O representante do governo golpista, Cezar Lenuzza (MEC/CAPES), afirmou que não há nenhuma possibilidade do MEC revogar a Portaria nº 577. Esta audiência pública foi realizada a pedido dos deputados Glauber Braga (PSOL-RJ) e Chico Lopes (PCdoB-CE).



O FNPE se reuniu no dia 6 de julho, às 14 horas, na sede da CNTE, com as entidades que compõem o Pleno do Fórum e observadoras (dentre estas o SINASEFE), para construção e deliberação sobre as conferências populares nos estados e municípios.

A construção do FNPE foi motivada pelas alterações na composição do Fórum Nacional de Educação (FNE) pela portaria nº 577 do MEC, como instrumento de contraponto ao FNE/MEC. As entidades que ficaram fora da atual composição, a exemplo da Fasubra, e as que discordaram do modelo atual

do novo FNE, se reuniram e criaram o FNPE, que pretende organizar a Conape – Conferência que se constituirá como instrumento de mobilização popular e de defesa do cumprimento das metas do PNE e contra a Emenda Constitucional 95.

A Coordenação Executiva do FNPE é composta por 11 entidades, já contando com CNTE, CUT, Fórum Educação Para Todos, Anped, Proifes, CTB, UBES, UNE e Contee, e está aberta para novas adesões.

A reunião apresentou as datas de realização das conferências municipais, que ocorrerão até novembro de 2017, e das conferências estaduais, que ocorrerão até março de 2018, culminando com a Conape – prevista para abril de 2018. O documento de referência de convocação das conferências nas etapas municipais e estaduais foi apresentado e alterado a partir das contribuições dos presentes, assim como a construção dos fóruns de educação. Uma próxima reunião ficou agendada para os dias 10 e 11 de agosto, quando será realizada uma Audiência Pública pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para debater o financiamento para a Educação.



O conteúdo deste Informe é de responsabilidade dos diretores plantonistas que assinam o mesmo. Envie dúvidas e sugestões para: dn@sinasefe.org.br. Mais informações em nosso website. Acesse em: www.sinasefe.org.br.



INFORME DO PLANTÃO SEMANAL DA DN DO **SINASEFE**



Material redigido pelos diretores que estão em plantão em Brasília-DF para contato direto com as seções sindicais

O SINASEFE se fez presente no espaço com as diretoras plantonistas Cátia Farago e Cristiane Oliveira e com a secretária-adjunta da pasta de Políticas Educacionais, Socorro Silva, que informou que no próximo final de semana apresentará este histórico da composição do FNPE à base.

Ressaltamos a importância deste debate e a construção de uma alternativa para a política educacional, fora dos marcos deste governo golpista e ilegítimo.

No final da tarde de 06/07 nos reunimos com a **Assessoria Jurídica Nacional (AJN)** do SINASEFE para encaminhar as demandas relativas aos PADs do IF Baiano e IFBA: orientações aos recursos de terceiro interessado onde o SINASEFE é parte. Uma questão levantada no plantão foi sobre o adicional de insalubridade que vem sendo negado aos servidores do IF Baiano (e não é diferente nos demais locais de trabalho da nossa Rede Federal).

A recomendação aos servidores é de que os mesmos ingressem individualmente com os pedidos e protocolarem requerimento solicitando o adicional (colocando nesse documento as atividades que realizam, bem como descrevendo alguns dos agentes insalubres que mantém contato). Após protocolar o requerimento na instituição, aguardar 30 dias. Se não existir resposta, for indeferido, ou alegarem que não tem laudo, o servidor deve entrar na Justiça, onde será realizado um laudo por um perito judicial designado pelo juiz. A recomendação da AJN é a de entrar com requerimentos e processos judiciais individuais, ou grupos de servidores que trabalham no mesmo setor, pois a insalubridade é específica para aquele servidor ou no setor. A AJN destacou, ainda, que é importante a apresentação do protocolo do requerimento, pois a justiça reconhece o direito desde o dia que o servidor começou a exercer suas atribuições em

condições insalubres. A falta de laudo não é justificativa. O não pagamento do adicional de insalubridade gera enriquecimento indevido da administração, pois esta não paga pelos serviços mais onerosos, enquanto o servidor se desgasta e prejudica sua saúde naquela tarefa de valor mais elevado. Ou seja, o trabalhador já realizou o trabalho mais caro e não recebeu. Paralelo a isso, a seção sindical pode fazer um requerimento solicitando o pagamento do adicional de insalubridade e a elaboração urgente de laudo nos locais que ainda não possuem. As decisões judiciais contra o Instituto certamente o levará a fazer o laudo, pagar e não ter um prejuízo maior. Por fim, a AJN não recomenda processo judicial coletivo, pois é demorado, e ainda destaca que um perito fazer perícia judicial em todos os setores será muito complicado, não surtindo efeitos individuais em curto prazo.

PLANTONISTAS DA SEMANA

Cátia Cilene Farago (Sinasefe IF Baiano-BA)
Cristiane Gonzaga Oliveira (Sindsifce-CE)



O conteúdo deste Informe é de responsabilidade dos diretores plantonistas que assinam o mesmo. Envie dúvidas e sugestões para: dn@sinasefe.org.br. Mais informações em nosso website. Acesse em: www.sinasefe.org.br.